

## CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA DE MASSAS E DE LUTA PELO SOCIALISMO

### I - A situação política e o objetivo tático central

1. A recente aprovação, na Comissão de Sistematização, do mandato de 4 anos para o Presidente Sarney, com a conseqüente convocação de eleições presidenciais para 88, marca uma nova conjuntura política no país. Este fato político cria uma dinâmica própria, com uma imensa cadeia de conseqüências, que passa a condicionar a luta de classes em todas as suas dimensões.

2. A redução do mandato de Sarney e as diretas-88 revelam importantes alterações no interior da própria transição. É necessário perceber, inicialmente, que estas medidas, tomadas com o apoio de parcelas significativas do PMD e PFL, não eram a opção preferencial da burguesia no início do processo constituinte. Majoritariamente, a burguesia assumia o projeto de afiançar o governo Sarney procurando transformá-lo no condutor incontestado da transição. Este projeto, acalentado desde a morte de Tancredo, faliu completamente. O governo Sarney revelou-se incapaz de viabilizar políticas que se apresentassem como um caminho coerente e unificador dos interesses burgueses no enfrentamento dos impasses econômicos e políticos do capitalismo. O fracasso do Plano Bresser é apenas a última evidência desta debilidade. Assim, já desde algum tempo alvo do ódio do povo, o governo Sarney passou a ser um fardo indesejável também para a burguesia.

3. Este processo, que adquiriu um ritmo extremamente rápido nos últimos meses, trouxe para o Congresso-constituente um conjunto de disputas políticas da maior importância. Consumados o colapso e a desmoralização do governo, as frações burguesas intensificam seus esforços no sentido de assegurar uma saída política via elaboração constitucional. Este "deslocamento" político torna evidente, entretanto, um fenômeno cujo significado é decisivo para uma exata compreensão do momento político: nenhuma posição política burguesa consegue, neste momento, apresentar-se claramente como uma força condutora do processo de transição. O antigo núcleo que exercia este papel em torno do Planalto com a colaboração ativa dos moderados do PMDB e do PFL desagregou-se, e um seu substituto ainda não foi concebido e articulado. Isto debilita as articulações políticas da direita e lança a confusão entre os seus representantes no Congresso.

4. Assim, tornam-se mais claros os motivos pelos quais o Congresso-constituente não se transformou em um pacto sereno e apoteótico do coroamento da transição, ao contrário do que, em certa medida, chegamos a supor. Ainda que sem uma pressão popular unificada e organizada nacionalmente, foi possível criar no processo constituinte um espaço de disputa à esquerda e até conquistar reformas muito limitadas que, todavia, despertaram as mais ruidosas reações da burguesia. Formou-se, assim, um quadro político extremamente complexo onde, por exemplo, parcelas importantes da burguesia se empenham em descaracterizar e desmoralizar os resultados da elaboração constitucional. No Congresso a articulação da direita denominada "contra" força, inclusive, um impasse assumindo um discurso ofensivo de combate às propostas já aprovadas. Frente a um quadro como este, toda a qualquer fórmula doutrinária desaba como um castelo de cartas. Fica cada vez mais evidente que a tarefa de deslegitimar a nova Constituição não será resolvida no plano da propaganda, mas que exige uma elaboração tática capaz de mobilizar politicamente o movimento operário e popular para a pressão sobre a Constituinte na fase final de votação em plenário, e, no bojo das mobilizações, realizar a denúncia dessa instituição, visando evidenciar o seu caráter de classe.

5. Se é verdade que a Constituinte passou a ser o centro político do país, também é verdadeiro que a convocação das eleições diretas - que certamente serão confirmadas em plenário - tende a deslocar, em al

guns meses, este centro político para o processo de disputa pela sucção presidencial. Esta dinâmica deverá, inclusive, passar a influenciar mais diretamente as votações na Constituinte. É possível que a proposta de introdução do parlamentarismo - também já aprovada na Sistematização - termine por ser engolfada na seqüência do lançamento de candidaturas presidenciais, apresentação de eixos programáticos etc.. É esta dinâmica que poderá derrotar o parlamentarismo.

6. Com as eleições presidenciais, a burguesia visa buscar uma conjuntura política mais favorável aos objetivos da transição. Todavia, tal processo eleitoral, nas condições concretas em que se realiza, abre uma disputa política que já permite antever duas grandes possibilidades: ou o re-coesioneamento das classes dominantes em torno do novo governo com a conquista de uma estabilidade maior para a transição, ou o aprofundamento da instabilidade do processo de transição com a criação de uma alternativa política de massas que expresse a afirmação de um campo de luta pelo socialismo.

7. Uma disputa eleitoral como esta, a primeira em 27 anos, traz para o primeiro plano o debate sobre os rumos gerais da sociedade. A importância desta disputa é tão grande que, certamente, contribuirá para o enfrentamento do economismo e do corporativismo ainda reinantes; abrirá um caminho capaz de romper com a fragmentação e a dispersão das lutas; reativará as esperanças ao nível de milhões de trabalhadores quebrando com o ceticismo e a apatia que ainda constituem características dramáticas do momento político.

8. A disputa em torno das eleições presidenciais só contribuirão, entretanto, para a criação de uma alternativa política de massas e de luta pelo socialismo, caso revele a presença forte e polarizadora de um candidato socialista comprometido com um programa de conteúdo popular. Um programa que não merecerá a qualificação de "socialista" uma vez que, por motivos óbvios, não poderá apresentar um projeto de sociedade socialista, mas que também não se restringirá a propor reformas limitadas e pontuais. De forma factível, demonstrando inclusive sua exequibilidade, tal programa deve integrar uma totalidade anticapitalista no sentido de que, mesmo sem propor medidas socialistas, afirme um caminho político de negação dos alicerces da dominação burguesa. Esta candidatura e este programa sairão, naturalmente, do partido de massas, referência política em torno da qual é possível construir a referida alternativa política de massas.

9. Tendo presente a necessidade política de manter o combate ao governo Sarney, o CC entende que é decisivo vincular este combate ao desmascaramento do PMDB, do PFL e da extrema direita. Ao mesmo tempo, sintetizando nossa tática e expressando sua racionalidade, devemos entender como objetivo tático central nesta conjuntura o desafio de criar a alternativa política de massas e de luta pelo socialismo, desse modo aprofundando a instabilidade da transição e avançando na criação da Alternativa Operária e Popular.

## II - Sobre o programa e nossas tarefas imediatas

10. Na luta pela construção da alternativa política de massas e de luta pelo socialismo, é taticamente de grande importância que o partido de massas se apresente ofensivamente como um partido que se propõe a enfrentar e resolver os principais problemas do povo. Sabemos que a tomada do poder de Estado não se confunde com a disputa político-eleitoral pelo controle do governo (um dos aparatos do Estado). Entretanto, a ausência de uma situação revolucionária e a necessidade de acúmulo estratégico de forças não autorizam a omissão frente ao problema central da abordagem do poder. O povo intui que é do governo que emanam as políticas capazes de resolver ou agravar decisivamente seus problemas. Se a principal disputa política que se apresenta localiza-se pre-

cisamente na sucessão presidencial através de um processo eleitoral de mocrático-burguês, então é necessário tomar posição na esfera específica da tática, assumindo não uma "ilusão democrática", mas uma posição firme e revolucionária de acumulo estratégico, construindo, para isso, a alternativa política de massas.

11. Este é o sentido do lançamento de uma candidatura presidencial do partido de massas que queremos imprimir, conforme já fizemos constar na Resolução de julho do CC. Assim, equacionar os problemas da candidatura, do programa e da campanha eleitoral passa a ser a preocupação política primordial nesta conjuntura.

12. Nas condições do Brasil, um governo que se proponha como tarefas prioritárias realizar reformas radicais de conteúdo popular, ainda que nos marcos do capitalismo, será um governo popular. Um governo que, obrigatoriamente, se voltará contra os interesses do capital monopolista, do imperialismo e do latifúndio e que, portanto, enfrentará a oposição sistemática, pacífica e, no limite, armada da burguesia. Enfim, um governo que só se sustentará nas condições de um quadro especial e transitório da luta de classes, dadas por um equilíbrio relativo e insustentável na correlação de forças.

13. O processo de definição do programa a ser sustentado no decorrer da campanha eleitoral do partido de massas ganha, então, uma importância decisiva. Ele é, na verdade, a síntese que nos dirá da viabilidade da formação de uma alternativa como aquela que queremos construir. Sem ele, nosso combate às propostas globais oferecidas pelos candidatos burgueses cairá num vazio sem precedentes. De fato, a campanha presidencial tende a criar uma situação onde não será mais possível admitir que as frases extrapolem seu próprio conteúdo. Pela primeira vez desde o início da transição, o conteúdo do processo político poderá estar muito além das frases com as quais, via de regra, somos tentados a preencher nossas lacunas de elaboração.

14. Para imprimir um impulso inicial e decisivo a campanha presidencial do partido de massas será necessário programar para o início do ano o lançamento da candidatura em todos os Estados a partir de uma mais ampla divulgação de um manifesto-programa que explicita o sentido da participação do partido de massas nas eleições e que apresente uma saída para os problemas mais candentes do povo.

15. Paralelamente, devemos propor a realização de um encontro nacional de entidades sindicais e populares, parlamentares de esquerda e personalidades, com o objetivo de elaborar uma plataforma de exigências populares a ser apresentada aos candidatos.

16. O Partido unificará politicamente seu trabalho no movimento de massas a partir da seguinte plataforma:

- ratificação das eleições presidenciais diretas em 1988, com presidencialismo e eleições gerais;
- contra a continuidade da tutela militar;
- plena liberdade e autonomia sindical e anistia irrestrita para os militares cassados;
- estatização dos bancos, contra a privatização das empresas estatais, e pela manutenção da reserva de mercado;
- contra a realização de acordos com o FMI, pelo não-pagamento da dívida externa e contra a sua transformação em capital de risco;
- contra o arrocho salarial, pela reposição integral das perdas, salário mínimo real, estabilidade e 40 horas semanais;
- por uma reforma agrária imediata e sob o controle dos trabalhadores;
- solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro.

Contudo, esta plataforma, da mesma forma que todas as lutas e mobilizações, jamais poderão ser dissociadas do programa a ser defendido pelo candidato socialista sob o risco de se manter a dispersão política e a desagregação do movimento operário e popular. Ao contrário, deve ser vista como parte integrante de uma disputa global, estando a seu serviço e a ela subordinada. Assim, todas as reivindicações econômicas e políticas, todas as ações de massas ou no Congresso-constituente, todas as disputas, sejam em que terrenos se desenvolvam e que formas assumam, devem se fundir na luta de classes única do proletariado, nesta conjuntura politicamente sintetizada pela candidatura e seu programa popular.

#### ANEXO:

#### ELEMENTOS SUBSIDIÁRIOS À DISCUSSÃO SOBRE CONJUNTURA E TÁTICA

1. A instabilidade da conjuntura e da própria transição encontra determinações profundas em algumas características estruturais da formação social brasileira. Uma delas é a ausência de um sistema partidário articulado, capaz de servir ao estabelecimento do consenso em torno das políticas burguesas e facilitar a sua viabilização através de procedimentos democrático-burgueses. Os partidos das classes dominantes são inorgânicos. A eles faltam uma coesão mínima referenciada em programas, relações institucionalizadas e regulares com a massa dos capitalistas e uma base militante capaz de estabelecer relações duradouras de fidelidade na massa de eleitores. Os partidos servem quase exclusivamente de legendas nas disputas eleitorais e como mecanismos de rateio dos postos do Estado. Trata-se da evidência maior do caráter de sartarticulado e tutelado da "nossa" sociedade civil.

2. Nessas condições, vem sendo difícil estabilizar o novo regime. Nas democracias burguesas modernas, os partidos desempenham um papel-chave no exercício da hegemonia. Na ausência de um sistema partidário forte, estável e articulado, a hegemonia assume características "passivas" que implicam geralmente numa situação crônica de instabilidade.

3. O processo de transição vem reproduzindo um traço histórico marcante da formação social brasileira, que se manifesta em três dimensões: a marginalização política das massas, chamadas a "participar" apenas através do voto e induzidas ao clientelismo, ao corporativismo e a descrença política; a sustentação do governo fundamentalmente através da burocracia estatal e nas Forças Armadas; e a concentração do exercício da hegemonia em instituições impositivas e inorgânicas, como os grandes meios de comunicação de massas. A instabilidade política "no topo" encontra um corolário na instabilidade do comportamento político das massas, capazes de migrarem de uma posição a outra numa simples mudança conjuntural. O fortalecimento recente do Congresso-constituente, fato político da maior importância, não indica que esta realidade estrutural esteja sendo superada. Trata-se de um acontecimento efêmero, que não reflete a emergência de um sistema partidário articulado.

4. Na raiz dessas características da formação social brasileira está o caráter "passivo", "pelo alto", da "nossa" revolução burguesa. E também o caráter hipertardiado do capitalismo, que se constituiu já na época do imperialismo e se desenvolveu como capitalismo dependente. Quando ascendeu a condição de classe dominante, a burguesia se mostrou incapaz de contemplar as reivindicações populares, incapacidade que se se aprofundou com o desenvolvimento do capitalismo. Assim, incorporou uma resistência visceral a qualquer concessão significativa às massas, a promoção de reformas que atendam aos interesses populares, o que, atualmente, se manifesta no conteúdo conservador do Governo Sarney, do

Congresso-Constituinte o da transição.

5. A instabilidade da transição tem ainda raízes no período de incertezas e até mesmo de crises em que o capitalismo está envolvido dos de os primeiros anos 70. O colapso das contas externas e do controle do déficit público inviabilizou a continuidade da expansão articulada nos anos 60, baseada na internalização maciça de capital financeiro imperialista e na ação do Estado como alavanca do desenvolvimento econômico. Reduziu as taxas de crescimento, provocando ciclos próximos e sucessivos de recessão. Gerou uma tendência persistente a taxas inflacionárias elevadas, inclusive nos momentos recessivos. E afetou drasticamente a capacidade do Estado para estabelecer políticas econômicas eficazes. O fracasso dos planos Cruzado e Bresser, bem como da "moratória", revela que o Governo Sarney mostrou-se inapto para inovar e agir com eficiência.

6. Incapaz de se afastar dos interesses do imperialismo e dos monopólios, inclusive do latifúndio, e avesso às reivindicações e reformas de conteúdo popular, o governo persistiu na mesma linha das políticas econômicas antipopulares aplicadas pelo regime militar. As inovações técnicas e inflexões heterodoxas que introduziu não alteraram este caráter essencial. Por cima, os resultados se frustraram, tanto em relação ao objetivo de reduzir estavelmente a inflação quanto ao de reter o "desenvolvimento auto-sustentado". O Estado continua falido. O país, carente de recursos, exporta capitais, ou melhor, doa, porque os dólares lhe fogem sem serem investidos. A perspectiva de recessão nos EUA e demais países capitalistas avançados, com graves repercussões sobre o Brasil, indica que essa situação tende a se agravar. O governo da transição, impotente para manter o apoio das massas, revelou-se incapaz de formular e viabilizar um projeto de superação da crise e das incertezas do capital, imprescindível para o reordenamento da burguesia. Os partidos da antiga Aliança Democrática, se já não se mostravam articulados, passaram a enfrentar um processo acelerado de desgaste e dilacerações. Na ausência de partidos fortes, o Governo Sarney não tinha outra opção senão centralizar o comando da transição. Assim, sua crise deveria se tornar a própria crise da transição conservadora.

7. Permanecem em questão os rumos do capitalismo no Brasil, o sonho burguês de um "país tropical" avançado, um pedaço do "primeiro mundo" na América do Sul. Instaurado o impasse nos primeiros anos 70, a década seguinte testemunhou o fracasso do regime militar na tentativa de superá-lo. Agora, o colapso do Governo Sarney registra, em apenas três anos, um novo fracasso, o do "modelo" de transição tal como concebido pela Aliança Democrática e ratificado no Colégio Eleitoral. Ao transferir o centro das decisões políticas para o Congresso-constituinte e convocar eleições presidenciais em 88, a burguesia manifestou uma opção nova: substituir rapidamente o governo e redefinir a transição. A alternativa de um novo golpe militar, se continua como uma reserva estratégica, seria um salto no escuro sem qualquer garantia de sucesso, nem mesmo quanto as possibilidades de reunificação das classes dominantes.

8. A burguesia vai para as eleições presidenciais em condições mais desvantajosas do que aquelas sonhadas pelos seus chefes mais eminentes - Tancredo, Ulisses, Geisel, Aureliano - ao fixarem seus acordos em 84. Os dois pretendidos grandes partidos conservadores, capazes de isolar a esquerda e de se reciclarem no governo durante décadas, não foram viabilizados. O próprio PMDB revelou-se inconsistente, sem identidade, e sofreu um grande desgaste, e se desenvolveu um potencial de acúmulo a esquerda, que se expressa no fortalecimento do PT. O fantasma Brizolla continua de pé, como alternativa burguesa indesejada mas real. Além da fragmentação corporativista, reina a discórdia nas hostes burguesas em torno de questões mais de fundo para o capitalismo, envolvendo a definição mesma de seus rumos: o papel do Estado na economia, o tratamento do déficit público, a relação com o capital estrangeiro, a linha de negociação da dívida externa, a recuperação da capa-

cidade do atração de capitais externos, a inserção do país na Revolução Técnica e Científica, dentre outras.

9. Destaca-se a disputa entre "privatistas" e "estatizantes". Os primeiros enfatizam o saneamento do deficit publico, visando recuperar a capacidade operacional do Estado e combater a inflação através de cortes nos gastos sociais, e reclamam concessões ilimitadas ao capital financeiro internacional, sobretudo a privatização de empresas estatais lucrativas, o fim da reserva do mercado para a informática, a retirada das poucas restrições ainda subsistentes à exploração desmedida do proletariado e a aceitação de todas as exigências dos banqueiros na negociação da dívida externa. Os segundos, além de pequenas reformas, pugnam o combate ao deficit publico, mas preservando o "papel social do Estado", e defendem a redefinição das relações com o capital estrangeiro, mas preservando a reserva de mercado, uma privatização mais limitada, uma renegociação da dívida sem imposição de políticas econômicas claramente monetaristas e certas concessões aos trabalhadores.

Operando no universo do capital monopolista e da dependência ao imperialismo, "privatistas" e "estatizantes" distinguem-se pelas suas filiações político-doutrinárias diferentes frente aos dilemas do capitalismo, mas sobretudo pelos interesses específicos das frações de classe a que estão vinculados: os primeiros, fundamentalmente ao capital financeiro internacional, à grande burguesia brasileira associada e ao latifúndio; os segundos, basicamente ao capital monopolista estatal, à média burguesia e a uma fração da grande burguesia que almeja uma autonomia relativa frente ao imperialismo. Nem os "privatistas" são por princípio contrários à função reguladora do Estado, nem os "estatizantes" são adversários da "livre iniciativa". Em todo caso, uma diferenciação de posições cuja profundidade não pode ser questionada, implicando numa disputa inter-burguesa não-antagônica mas real e de incidência política.

Estes dois projetos, contudo, enfrentam dificuldades sérias. O "estatizante", representado principalmente no PMDB, já foi testado durante o governo Sarney e, fracassado, não abre perspectivas para a retomada da acumulação capitalista e perde identidade. O "privatista" enfrenta, nas condições do Brasil, grande rejeição por parte das massas populares, está identificado a figuras de proa do regime militar e à "nova" direita do tipo UDR, e sofre derrotas com a crise do capitalismo em âmbito mundial, com ficou evidente nas recentes quedas das bolsas nos principais centros imperialistas. Nenhum deles vem conseguindo se afirmar como elemento unificador da burguesia como classe.

10. A disputa em torno de projetos globais tende a dominar o debate político no Congresso-constituente, em torno das políticas de governo e as articulações dos esquemas para a sucessão presidencial. As várias frações burguesas associam o futuro da sociedade e a solução dos problemas do povo à recuperação plena do vigor das instituições, ao fortalecimento dos valores capitalistas: a propriedade privada, a retomada dos investimentos, ao crescimento dos lucros, ao papel regulador do Estado burguês, à valorização da lei, ao respeito à ordem, ao estreitamento das relações com o imperialismo etc. A luta contra a hegemonia burguesa e pela hegemonia política do proletariado exige que o ideal socialista se explicita também nessa esfera, na esfera da luta pela definição dos rumos da sociedade. As plataformas de ação imediata e a propaganda do socialismo, se são indispensáveis, não são suficientes. A construção de uma alternativa revolucionária requer a explicitação de um programa igualmente global, que associe o futuro da sociedade e a solução dos problemas imediatos do povo à negação do capitalismo. Ao optar pela re-estabilização da transição por meio das eleições presidenciais diretas em 88, a burguesia viu-se forçada a alargar os espaços de disputa. Abre-se uma situação nova, bastante favorável a que os "de baixo", com candidato o programa próprios, se apresentem com sua alternativa diferenciada para o futuro da sociedade, vinculando-o à luta pelo socialismo.

Novembro de 1987

O CC do PRC